MEMÓRIAS EM CONTEXTO DE VULNERABILIDADE: pessoas privadas de liberdade e os povos da rua[1]

MEMORIES IN A CONTEXT OF VULNERABILITY: incarcerated people and street populations

Monica Nunes[2]
Barbara Heller[3]
Marco Bin[4]

Resumo: *Com base em pesquisas de campo e fundamentado em autores dos estudos da memória, da comunicação, filosofia e sociologia, o trabalho busca compreender a produção de memórias de dois grupos sociais vulneráveis. O artigo conclui que nesses grupos a mediação da leitura e o ato da escuta funcionam como vasos comunicantes e configuram-se como gesto mnemônico dialógico*.

Palavras-Chave: *Memória. Vulnerabilidade. Vasos comunicantes.*

Abstract: *Drawing on fieldwork research and grounded in authors from the fields of memory studies, philosophy, and sociology, this paper seeks to understand the production of memories within two socially vulnerable groups. The article concludes that, in these groups, reading mediation and the act of listening function as communicating vessels and configure themselves as a dialogic mnemonic gesture.*

Keywords: *Memory. Vulnerability. Communicating vessels.*

1. Introdução

O presente artigo reúne resultados de duas investigações em curso sobre grupos sociais vulneráveis. O primeiro estudo apresenta os achados de uma pesquisa de extensão universitária sobre remição de pena por leitura com mulheres privadas de liberdade. Iniciada no final de 2019, às vésperas da pandemia de Covid-19, na Penitenciária Feminina da Capital (PFC), unidade de regime fechado, localizada no bairro do Carandiru, na zona norte zona norte de São Paulo, foi interrompida e retomada em agosto de 2023. Um ano mais tarde, como grande parcela das mulheres que adquiriram o direito de cumprirem suas penas em regime semiaberto

1 Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Estudos de memória e comunicação. 35º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal - RN. 9 a 12 de junho de 2026.

2 Mônica Nunes: ESPM, Doutora em Comunicação e Semiótica, monicafnunes@espm.br
3 Barbara Heller, Unip, Doutora em Teoria Literária, b.heller.sp@gmail.com
4 Marco Bin: PUCSP, Doutor em Sociologia: marcobin@gmail.com

foram transferidas para o Centro de Progressão Penitenciário Feminino (CPPF), na zona oeste de São Paulo, o trabalho passou a ser realizado nessa unidade. Conforme dados da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen), órgão vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil, São Paulo figura como o estado com o maior contingente de pessoas privadas de liberdade (em celas físicas), representando 33% do total nacional (2025, p. 12), o que mostra o impacto social desse projeto.

O segundo, com financiamento do CNPq[5], estuda a produção de memórias e a relação com a cidade em contextos precários com base em depoimentos gerados em um centro de acolhimento, Arsenal da Esperança, localizado na região leste da capital paulista, durante o primeiro semestre de 2023.

Em nossas análises, partimos do conceito de *gesto mnemônico* (Ribeiro et al., 2025), em diálogo com Duvignaud (1995), para compreender como a memória coletiva é produzida pelos dois grupos anteriormente citados. Nas empirias sobre as quais nos debruçamos, a produção do gesto mnemônico resulta da interação entre pesquisadoras e pesquisadores e sujeitos e sujeitas vulneráveis. Por meio da contação de suas memórias, em ambientes de acolhimento, acedem a mundos em que são protagonistas, na duração do tempo narrado ou do observado presencialmente.

Além da Introdução e das Considerações Finais, o artigo compõe-se de seis seções. Na primeira, intitulada *Construção da desigualdade: uma breve abordagem histórica*, discutimos as desigualdades sociais, o racismo estrutural e as vulnerabilidades no Brasil, acionando Albuquerque (2009), Nascimento (2016), Buarque de Holanda (1995), Farias (2025), entre outros autores. Na seção 2, *Racismo estrutural, sistema prisional e vasos comunicantes* são apresentados dados oficiais sobre a população privada de liberdade e os desafios de ações de voluntariado da sociedade civil para atender a essa população, com foco na remição de pena por leitura. Na seção 3, *Memórias, partilhas do sensível e dissenso: estratégias de resistência nas rodas de leitura*, acionamos Rancière e seus conceitos de *partilha do sensível* (2009) e *dissenso* (1996). Buscamos analisar as ações de resistência que observamos na biblioteca prisional, durante as rodas de leitura, e fora dela, nos outros espaços do CPPF. Na seção quatro,

[5] **Memórias do futuro em São Paulo: abigarriamientos, utopias e práticas de consumo nos povos da rua** referente à bolsa Produtividade em Pesquisa, PQ2, contemplada por Mônica Nunes. A pesquisa é desenvolvida com apoio do grupo de pesquisa Mnemon (ESPM/CNPq) em que participa Marco Bin. CAAE 83207424.0.0000.9127 (CEP-CONEP- Plataforma Brasil).

Cicatrizes escravagistas nas ruas, são apresentados dados oficiais de pessoas em situação de rua e as transformações em pesquisas sobre esse tema acionando autores das Ciências Sociais e Sociais Aplicadas. Na quinta parte, avança-se conceitualmente na ideia de *Gesto mnemônico dialógico* a partir de Ribeiro et al. (2025) e Bakhtin (1988); na sexta, *A casa como objeto de memória (do futuro) e da política de estado,* apresentamos o gesto narrativizado produzido por um dos entrevistados do Arsenal e as mudanças nas ações de governo para essa população.

Finalmente, nas *Considerações Finais*, trazemos nossa colaboração para pensar gesto mnemônico quando são construídas as memórias de pessoas em situação de vulnerabilidade social, com participação ativa, regular e acolhedora das pesquisadoras e dos pesquisadores. Sempre performático e pragmático, além de cumprir uma "função social e cultural, como marcador de identidade e pertencimento dentro de grupos sociais" (Ribeiro et al., 2025, p. 19), o gesto mnemônico também passou a ser compreendido na dimensão da escuta, da leitura ativa e do dialogismo.

1. Construção da desigualdade: uma breve abordagem histórica

Em uma entrevista ao MC Poze do Rodo, Mano Brown expõe de modo quase didático a falar sobre como e onde o negro deve estar. Sua argumentação decidida, como costuma ser, não deixa dúvidas aos interlocutores, "Não colem onde querem ver você morrer", para em seguida comparar a luta do dia a dia a um enfrentamento de boxe, "Tem que se defender, é uma luta de boxe, esconde o queixo e o nariz, perna esquerda na frente" (Farias, 2025). Brown em nenhum momento diz ou sugere que o negro tem de avançar, agredir, mas saber se defender. Não há medo ou covardia em suas palavras, mas a experiência de quem viveu momentos dramáticos pela própria sobrevivência como cidadão, em uma sociedade que oculta o seu racismo estrutural. Ao comentar a fala de Brown, Marshall Farias, comunicador periférico, diz que "a romantização da vida loka é linda no clipe, mas é horrível no tribunal, e quando a gente fala do tribunal, a gente tá falando que não quer saber da tua história" (Farias, 2025).

No final dos festejos do rei Momo em Santo Amaro da Purificação, em fevereiro de 1873, Ildefonso insiste nos galanteios com Joana, na mesa ao lado, propondo um copo de bebida e quem sabe prolongar a noite em sua companhia. Joana não mostra qualquer gentileza em desvencilhar-se do pretendente e diante da insistência, reage com insultos e ameaças.

Indignado com a recusa da liberta, Ildefonso responde que "ela não conhecia o seu lugar". No que resultou em processo-crime por lesões corporais, não há qualquer menção à cor do comerciante, enquanto a de Joana é mencionada várias vezes nos autos. O tribunal acabou não condenando Joana por não ser uma desordeira, e mesmo ofendida por ser acusada de não conhecer o seu lugar, nada aconteceu. Mais do que uma fala fortuita, "saber o seu lugar" exprime "as regras de sociabilidade hierarquizadas que, sendo referendadas ou contestadas, atualizam-se cotidianamente" (Albuquerque, 2009, p.33).

Há uma distância de mais de cem anos entre os dois episódios narrados acima. Em ambos, o empenho na busca de uma justiça que permita viver sem inquietação. Manifesta-se, porém, a crueza de uma formação social histórica que submete o cidadão negro e a cidadã negra a uma desigualdade em uma sociedade que se vê branca, condenados em superar a profunda discriminação racial presente na vida cotidiana, como vemos no caso de Joana e na fala de Brown. Assim como observa Abdias Nascimento, o homem negro, a mulher negra, se veem tolhidos, "prisioneiros de um círculo vicioso de discriminação [...] e trancadas as oportunidades que lhe permitiriam melhorar suas condições de vida" (Nascimento, 2016, p.101). Em nossa investigação, tanto no caso das mulheres privadas de liberdade, como daqueles em situação de rua, identificamos a presença majoritária de cidadãos negros e cidadãs negras, e que a partir de seus relatos, definem um quadro de vulnerabilidade social que abarca de maneira sistemática o contingente negro de nosso país.

De acordo com Milton Santos, "o trabalho negro foi essencial à manutenção do bem-estar das classes dominantes, com um papel central na gestação e perpetuação de uma ética conservadora e desigualitária" (Santos, 2022, p.157). Ela arrebatou para si a riqueza da terra, almejando lucro e poder, a partir do modo de produção baseado na força de trabalho do negro escravizado, transplantados da África por navios tumbeiros. Prevalece na vida colonial o que Sérgio Buarque nomeia como a moral das senzalas, que predomina "na administração, na economia e nas crenças religiosas" (Holanda, 1995, p.62). Essa moral das senzalas irá contribuir para o aprofundamento das desigualdades raciais, que perdurará para além da vida colonial, alcançando o Império e a República. A intolerância representada na expressão "não conhecer o seu lugar", no trecho de Joana, conspurcou ao longo dos séculos o juízo à sociedade brasileira, a ponto de extrapolar o período escravagista, demarcando o negro como vagabundo ou racialmente inferior.

Wlamyra Albuquerque nos traz o comentário de um cronista baiano do século XIX, Onildo Reis David, de que os escravos eram os maiores consumidores de carne de baleia, vendida por libertos africanos. “Desde então, pesava sobre os comedores de baleia a pecha da imundície” (Albuquerque, 2009, p.170). Foi a maneira que o cronista encontrou para confirmar a condição de miséria do negro, que mantinha os hábitos dos tempos de cativo, “o apetite asselvajado em devorar carne imunda” (Albuquerque, 2009, p.170).

Joaquim Nabuco em seus discursos apontou para a iniquidade do tráfico negreiro (e a ilegalidade da escravização) ao afirmar que mesmo com a lei aprovada no Congresso em 1831, onde todo negro trazido da África era considerado livre ao adentrar os portos do Brasil, ela jamais foi cumprida, em razão da indisposição política do governo brasileiro em abrir luta contra os traficantes. É o magistrado Euzébio de Queiroz, citado por Nabuco, quem afirma, em 1852, “que a maior parte desses infelizes (os escravizados) são ceifados logo nos primeiros anos, pelo estado desgraçado a que os reduzem os maus-tratos da viagem, mudança de clima e de *todos os hábitos que constituem a vida*” (grifo nosso) (Nabuco, 2000, p.72).

Transplantados de modo violento, sem respeito a qualquer direito, os negros sofreram nos navios tumbeiros e, sobrevivendo a eles, sofreram com a nova vida em um país estranho aos seus costumes. A chegada é cruel. Também citado por Nabuco, o futuro senador Cristiano Ottoni descreve como o negro e a negra são tratados como meras mercadorias com utilidade programada: “Compra-se um negro por 300$000, colhe no ano 100 arrobas de café que produzem líquido pelo menos o seu custo; daí em diante tudo é lucro [...]”, e mais adiante, “as negras pejadas e as que amamentavam não eram dispensadas da enxada, duras fadigas impediram em umas o regular desenvolvimento do feto [...]” e quanto às crianças nascidas, “[havia] o desmazelo pelo tratamento dos filhos e daí as doenças e morte às pobres crianças. Quantas cresciam? [...] dos nascidos na escravidão não escapavam certamente mais de 5%” (Nabuco, 2000, p.72).

De outra parte, ficou nítida a inadequação do mito da democracia racial, construído ao longo do século XX a partir de estudos que adoçaram a miscigenação tal como ela ocorreu no mundo da casa grande. Gilberto Freyre descreve assim as relações carnais entre brancos e negras: “A escassez de mulheres brancas criou zonas de confraternização entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos. [...] Sem deixarem de ser relações [...] de ‘superiores’ com ‘inferiores’ [...] adoçaram-se com a necessidade de constituírem família dentro dessas

circunstâncias e sobre essa base". (Freyre, 2013, p.33). É razoável imaginar os modos toscos e mesmo violentos dessas confraternizações, não sendo exagero considerar quantos não foram os casos de violação sexual dos senhores.

Diante do verdadeiro genocídio ocorrido e silenciado, outros fatores contribuíram para que as crianças sobreviventes da escravização, bem como os adultos libertos, não desfrutassem de uma verdadeira e completa cidadania. Citado por Abdias Nascimento, o cientista Nina Rodrigues afirmou, no início do século XX, que "a raça negra no Brasil [...] há de constituir sempre um dos fatores de nossa inferioridade como povo" (Nascimento, 2016, p.82). Na impossibilidade da exclusão da presença negra na vida social brasileira, desenvolveu-se o mito da democracia racial, em que propunha contemplar uma harmonia entre as raças, onde o Brasil teria "atingido um alto grau de assimilação da população de cor dentro do padrão de uma sociedade próspera" (Nascimento, 2016, p.98). A realidade demonstrada a cada censo demográfico evidencia com dados o descompasso da condição social dos afro-brasileiros em relação aos brancos, após o 13 de maio de 1888.

Não menos importante é a análise de Florestan Fernandes sobre a situação do negro em São Paulo. A revolução agrícola ocorrida no Estado, no século XIX, propiciou um forte deslocamento da mão de obra escrava da mineração das Minas Gerais para a lavoura cafeeira, que acabou por se tornar um produto pujante em nossa economia de exportação. Segundo Fernandes, essa seria a primeira revolução econômica assistida pelo negro, "nas circunstâncias reinantes, os senhores foram forçados a reter suas escravarias e a se defrontarem com os dilemas econômicos que assim se criavam" (Fernandes, 2006, p.168). A segunda revolução foi a burguesa, mas que "não contou com sua influência direta na cadeira dos fatores causais" (Fernandes, 2006, p.169). Nesse caso, a importância do negro foi sua participação indireta, pelo trabalho, possibilitando o acúmulo do excedente de capital que desencadeou o desenvolvimento do capitalismo agrário de São Paulo.

Esta introdução histórica adquire um importante significado se considerarmos a origem dos atores entrevistados e/ou pesquisados para este trabalho, seja as mulheres privadas de liberdade, seja aqueles em situação de rua. Além da presença negra, identificamos em alguns casos a origem sertaneja. Essa observação ganha relevância ao considerarmos os aspectos socioculturais que integram a formação desses atores, relacionando com as realizações migratórias para as capitais do Sudeste do país. Preservam em muitos aspectos aquilo que

Antonio Candido descreve como *rústico*, o que implica em uma maneira de se criar em uma vida bastante simples e relativamente isolada. Em alguns depoimentos, os atores viveram a infância e mesmo a adolescência em lugares isolados ou afastados de núcleos urbanos, com uma vida singela. Talvez seja necessário fazer o devido distanciamento do sertanejo narrado por Antonio Candido, que experimentou uma vivência com grupos mais autênticos (os caipiras), em uma época que o Brasil possuía uma população predominantemente rural.

Se tomarmos a análise contemporânea do conceito de necropolítica, desenvolvido por Achile Mbembe (2019), podemos compreender a construção da soberania branca, a partir do esforço dos senhores escravistas no trato da eliminação biofísica do negro, mediante o trabalho cativo extenuante e eivado de maus-tratos. Como desenvolvimento dessa prática escravagista, afirma a pesquisadora Fátima Lima (2018) que, no Brasil, "o poder necropolítico se faz visível no sistema carcerário, na população em situação de rua, nos apartheids urbanos nas grandes e pequenas cidades brasileiras (s/p.)".

As seções a seguir problematizam a situação do sistema prisional e dos povos de rua na cidade de São Paulo, procurando compreender a produção de memórias nesses quadros de vulnerabilidades.

2. Racismo estrutural, sistema prisional e vasos comunicantes

Adentrar unidades prisionais no Brasil, concebidas com base em discursos de um Estado verticalizado, englobante e acima da "sociedade civil" (Godoi et al., 2009, p. 592), implica enfrentar uma realidade autoritária que fere a autonomia e os direitos humanos da população encarcerada, marcada pelo viés racial. Como afirma Juliana Borges, voz central nos debates sobre sistema prisional e racismo: "64% da população prisional é negra, enquanto esse grupo compõe 53% da população brasileira. Em outras palavras, dois em cada três presos no Brasil são negros" (Borges, 2019, p. 20).

Se essa pesquisadora tece comentários sobre o final dos anos 2010, os números pouco diferem ao término da primeira metade dos anos 2020. Em junho de 2025, o Brasil contava com 213,4 milhões de habitantes (Renaux, 2025): 45,3% pardos; 43,5% brancos; 10,2% pretos; 0,8% indígenas e 0,4% amarelos, ou seja, 55,5% da população é composta por pessoas pretas e pardas.

Segundo o Senappen (2025), 701.637 brasileiros estão privados de liberdade — 0,33% da população total. Desse total, 454.265 são pretos e pardos, os mesmos 64% levantados por Juliana Borges. Ou seja: embora a população negra tenha crescido de 53% para 55,5%, continua desproporcionalmente alvo do sistema prisional. Na tabela abaixo, sistematizamos esses dados (Fig.1):

Seletividade Penal no Brasil[6]

Categoria	População Brasileira (Censo 2022)	População Prisional (Dados 2024/25)	Discrepância (Fator de Risco)
Pessoas Negras (Pretos + Pardos)	55,50%	64,74%	+ 9,24% (Sobre-representação)
Pessoas Brancas	43,50%	27,13%	- 16,37% (Sub-representação)
Total da População	213,4 Milhões	701.637	0,33% da população total está presa

Fonte: Autores, a partir de Renaux (2025) e Senappen (2025).

Ervin Goffman conclui que, mais do que calar, prisões, hospitais psiquiátricos e quartéis moldam e despersonalizam os indivíduos. Cunhou-os de “unidades totais” (1974, p. 11), uma vez que um grande número de pessoas, em situações análogas, convivem, trabalham e levam uma vida reclusa por longos períodos. No entanto, os estabelecimentos penais brasileiros não são sistemas tão fechados e herméticos como formulou. Ao contrário: são dependentes de agentes externos, dos vasos comunicantes cunhados por Godoi (2015), formados por funcionários, familiares, advogados e pela própria sociedade civil. São eles que adentram os portões e proveem as necessidades mais básicas das mulheres e dos homens custodiados, haja vista a incapacidade de o Estado garantir-lhes plenamente a manutenção da vida. Suprem os detentos por meio do jumbo, formado por pacotes com itens de higiene, alimentação, vestuário, medicamentos e cigarros.

Grupos organizados da sociedade civil, na forma de voluntariado, se organizam para tentar assegurar que pessoas privadas de liberdade tenham acesso ao trabalho, à educação, à assistência médica e a atividades de remição de pena. A Associação Liberdades Poéticas (ALP), um deles, atua como um vaso comunicante pois fura, ao longo de oito meses (de março

[6] Tabela elaborada com auxílio de I.A (Gemini).

a junho e de agosto a dezembro), a cada ano, o isolamento a que estão assujeitadas as mulheres privadas de liberdade (doravante denominadas como MPL) no CPPF, em regime semiaberto, com capacidade para 1.412 detentas e atualmente ocupada por 1050 custodiadas[7].

A promulgação da Resolução nº 391/2021, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ainda não tem força de lei, mas permite a redução de quatro dias de pena a cada livro lido, limitados a doze títulos ao ano, mediante a aprovação pelos respectivos juízes das Varas de Execuções Criminais dos relatórios de leitura produzidos pelas MPL.

A ALP realiza três encontros mensais, nas tardes de quinta-feira. No primeiro, o livro é apresentado às leitoras e passagens selecionadas previamente são lidas coletivamente. Após quinze dias, no segundo encontro, ocorrem as interações mais profícuas entre voluntários e MPL, comentadas na próxima parte. Na terceira sessão, produzem seus relatórios de leitura sob supervisão dos voluntários, para evitar cópias e sanar dificuldades de escrita.

Participam das rodas vinte mulheres selecionadas pela direção segundo critérios que variam entre bom comportamento, desejo de participar e escolaridade. A demanda reprimida de interessadas gera disputas entre as MPL e são frequentes envio de bilhetes solicitando que intervenhamos para incluir amigas nas próximas oportunidades.

Em nossa primeira visita ao CPPF, em 01 de agosto de 2024, logo após a mudança para este endereço, as MPL expressaram a surpresa de lá estarmos. Afinal, consideravam que estavam mais distantes do que anteriormente, quando as encontrávamos na PFC, próximo do metrô Carandiru, ainda que não soubessem de que parte da cidade saíamos para irmos ao seu encontro. Disseram-nos que levávamos o "mundo de fora" e que os abraços que trocávamos indicavam-lhes que as víamos como pessoas, que não fediam, e que mereciam ser tocadas.

São sobre nossas observações e interações, em dias e com livros diferentes, agora selecionadas de nosso caderno de campo, que vamos tratar na sessão que segue.

3. Memórias, partilhas do sensível e dissenso

Queremos compreender na porosidade das muralhas prisionais, os diferentes agenciamentos das memórias coletivas e individuais das MPL, uma vez que, durante as rodas de leitura, são aparentemente menos vigiadas do que quando realizam outras tarefas e em

[7] - Disponível em: https://www1.sap.sp.gov.br/sp/unidades-prisionais/cpp-fem.html Acesso: 14 fev. 2026

lugares diferentes da unidade. Para isso, recorremos a Jacques Rancière (2005) que nos auxilia a reconhecer, nesse espaço indesejável, disputas de poder, mas, também, de resistência e de dissenso. Trata-se da partilha do sensível:

> Denomino partilha do sensível o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um *comum* partilhado e partes exclusivas. [...]. O cidadão, diz Aristóteles, é quem toma parte no fato de governar e ser governado. Mas uma outra forma de partilha precede esse tomar parte: aquela que determina os que tomam parte (Rancière, 2005, p. 15-16).

Muitas leitoras geram suas próprias memórias a partir dos enredos e, uma vez estabelecidos laços de confiança, as expõem para os voluntários e para as próprias colegas da atividade, em grande número desconhecidas, pois habitam celas e pavilhões diferentes. É principalmente no segundo encontro que se manifestam em maior número. Acolhemos suas falas que versam, algumas vezes independentemente dos enredos, sobre as saudades de seus filhos: “Eu fiquei doze anos sem ver meus filhos” (MPL, 06/02/2025); “Eu queria que meus filhos viessem me ver” (MPL, 06/02/2025).

O silêncio que se impõe logo após a narração de uma MPL sobre sua trajetória é potente, experimentado como um exercício de memória e de reconhecimento coletivos, de seus passados, na maior parte das vezes traumáticos: “Eu sou fruto de um preconceito. Eu fui dada para adoção. Minha mãe de criação e a família faleceu. Eu quero conhecer minha família biológica” (MPL, 17/04/2025); “Meu pai era empresário de Bauru. Era casado e se envolveu com uma cozinheira, minha mãe. Minha mãe me colocou na caixa de sapato. Eu fui adotada pela mulher do meu pai” (MPL, 17/04/2025).

Ao aproximarmos o conceito de partilha do sensível com o contexto prisional, constatamos a impossibilidade de as MPL exercerem qualquer papel de governantes. As atividades cotidianas impostas atendem ao artigo 27, parágrafo XLV, da Resolução SAP (2010, p. 18), que determina o cumprimento rigoroso de rotinas e horários e o respeito ao silêncio a partir das 21h. Acordar, vestir-se, alimentar-se, dormir, banhar-se, trabalhar são ações sobre as quais não têm ingerência. Até o acesso à biblioteca, onde ocorrem as rodas de leitura, um dos poucos espaços com aconchego estético, com paredes verdes, luz natural, sofás, pufes, livros, é controlado, como revelam os depoimentos: “A gente pode vir à biblioteca uma vez por mês” (MPL, em 07/08/2025); “Eu vou à biblioteca e a guarda pergunta: para fazer o quê?” (MPL, 27/11, 2025).

Nesses dois últimos comentários espontâneos reconhecemos que são governadas, pois sequer dispõem de confirmação prévia de que poderão participar das atividades de leitura, mas, uma vez selecionadas e chamadas no dia e horário corretos, quando chegam à biblioteca, governam, pois atendem aos critérios da direção e ainda compartilham o que lhes é comum: "Eu adoro estar aqui [na roda de leitura]. Tem outros grupos, mas é só desse que eu gosto" (MPL, 18/08/2025); "É muito difícil termos acesso aos livros. Uma vez por mês que a gente tem acesso. Na minha casa tinha muitos livros. Eu tento aproveitar os momentos para ver os livros" (MPL, 25/09/2025).

No entanto, essa condição muitas vezes é interrompida pelas agentes penais que frequentemente adentram subitamente o recinto, chamam alguns nomes para que se retirem. Normalmente isso ocorre quando recebem visitas dos seus advogados, sobre as quais também desconheciam.

Também é frequente não serem sequer liberadas de suas celas para irem ao nosso encontro, seja por esquecimento, por distração ou até mesmo por boicote dos responsáveis. Sem controle de seus tempos, dependem exclusivamente do corpo diretivo e dos agentes penais para terem seus direitos devidamente atendidos: "Eu perdi uma videoconferência com minha advogada porque não me acharam" (MPL, 05/2025); "[...] Vocês (os agentes penais) fazem quatro contagens por dia e não sabem onde a gente está?" (MPL, 05/2025).

Tornadas invisíveis, deixam de ser cidadãs, conforme formulado por Aristóteles (apud Rancière, 20025, p. 15-16), haja vista o abandono e o esquecimento, ainda que intermitente, dos que devem zelar por elas: "A gente não tem noção dos invisíveis. Hoje, aqui dentro, me vejo invisível. Hoje eu sei que tem pessoas invisíveis, mas vou ajudar de longe (MPL, 25/09/2025)"; "Quando vem o autor, saímos da invisibilidade" (MPL, 09/2025).

A sensação de não serem notadas é aliviada quando toda a estrutura administrativa funciona, especialmente quando autoras e autores das obras em discussão comparecem para conversar in loco com elas: "Aqui sentimos necessidade de sermos ouvidas, ter esse contato físico, ter o autor [do livro do mês] com a gente" (MPL,09/2025).

Não por acaso, os enunciados acima ocorreram no dia da discussão da obra com a presença de um dos autores de **Histórias invisíveis** (Nunes e Bin, 2011), em cujos contos são narradas histórias de mulheres e homens em situação de rua, de trabalhadores sem qualificação que não suportam as tarefas cotidianas. Não há alívio ao final de cada um, e, talvez por isso,

identificaram-se com boa parte dos personagens. Relataram os delitos que as levaram ao cárcere e o ócio a que são submetidas: “Estou presa porque ajudei pessoas na enchente. Eu ajudei um usuário de drogas e eu não sabia que ele tinha drogas. Fui abordada e fui presa” (MPL,25/09/2025); “Se tem uma coisa que a gente tem aqui é tempo para pensar” (MPL, 17/04/2025); “Li o livro duas vezes. Não tinha o que fazer” (MPL, 25/09/2025); “Cada dia aqui é uma eternidade” (MPL, 07/11/2025).

Obrigadas a acatar regras que as neutralizam enquanto estiverem nesse lugar heterotópico, uma “alteridade socioterritorial” (Godoi, 2015, p.136), sentem-se “mais presas que o Gregor” (MPL, 09/10, 2025)”, em referência ao protagonista de **A metamorfose**, de Franz Kafka, obra lida pelo grupo.

Seus corpos obedientes, com as mãos nas costas quando se reportam aos agentes penais, a quem devem chamar de “senhor” ou “senhora”, são observados por nós durante nosso pequeno trajeto desde a entrada principal, onde entregamos documentos, até chegarmos à biblioteca. São muitas etapas percorridas entre um ponto e outro: novo portão, sala anexa com revista de materiais que levamos conosco e realizamos scanner corporal, outro pátio, corredor, mais portão e dois lances de escada. No meio desse trajeto, frequentemente, quando nos veem, espontaneamente as mulheres privadas de liberdade abrem espaço para nossa passagem e nos cumprimentam com a mesma postura submissa que ativam para falar com as autoridades, mas têm os cabelos pintados, tranças e unhas manicuradas.

Em outras palavras: tornam-se visíveis na invisibilidade que lhes é imposta. Ao se deixarem enfeitar umas pelas outras, rompem a monotonia cromática dos uniformes (camiseta branca e calça cáqui), com gestos de cuidado. Frequentam pátios retangulares, arquitetados para a neutralidade e a vigilância, mas subvertem essa lógica ao comporem, espontaneamente, círculos que possibilitam encontros entre as MPL durante seus intervalos de trabalho. A rigidez das linhas retas cede à fluidez da roda; onde o sistema impõe o isolamento ou a hierarquia, elas desenham, com seus corpos, uma geometria de encontro.

As MPL, segundo Rancière (1996, p. 42), nessas oportunidades, desobedecem

> [...] a uma ordem dos corpos que define as divisões entre os modos do fazer, os modos de ser e os modos do dizer, que faz que tais corpos sejam designados por seu nome para tal lugar e tal tarefa; é uma ordem do visível e do dizível que faz com que essa atividade seja visível e a outra não o seja, que essa palavra seja entendida como discurso e a outra como ruído

Ou seja, desenham uma "nova topografia do possível" (Rancière, apud Marques, 2018, p. 34), pois subvertem, ainda que por curtos intervalos de tempo, a intenção da arquitetura projetada para todos os cárceres: "lugares reais fora de todos os lugares"; "lugares que a sociedade dispõe em suas margens, [...] reservados aos indivíduos cujo comportamento é desviante relativamente à média ou à norma exigida" (Foucault, 2013, p. 20 e p. 22).

Se na biblioteca, pequena demais para abrigar simultaneamente as vinte leitoras e os voluntários da ALP, o desejo de compartilhamento de suas histórias de vida e as dos livros lidos parece alargar a distância entre as paredes, no pátio a dinâmica se inverte. Ali, na vastidão do retângulo, que poderia dispersar as MPL, o espaço aberto dá lugar aos círculos que preenchem o vazio com seus corpos.

Afastadas imediata e sumariamente de suas posições sociais e pessoais assim que adentram o sistema (Maciel José, 2022, p. 250), pessoas privadas de liberdade são submetidas a testes de obediência, a ritos de passagem e a castigos físicos como método de adestramento (Goffman, 1974). Mas recorremos novamente a Rancière (1996, p.31), segundo o qual,

> para obedecer a uma ordem, são necessárias pelo menos duas coisas: deve-se compreender a ordem e deve-se compreender que é preciso obedecer-lhe. E, para fazer isso, é preciso você já ser o igual daquele que manda. E essa igualdade que corrói toda ordem natural.

Herdeiras do racismo estrutural, raramente as mulheres atrás das grades ocuparam posições de poder; foram muito mais governadas que governantes. Mas, em suas práticas cotidianas, tiveram voz, que "não apenas exprime, mas também proporciona os sentimentos ilusórios do prazer e do sofrimento" (Rancière, 1996, p. 35).

Em nenhum momento pretendemos diminuir as dores do aprisionamento, mas mostrar, sustentados em observações, diário de campo e pesquisas afins sobre sistema prisional, as condições que permitiram às MPL, nesse contexto precarizado, acionarem suas memórias e dissensos.

Esses achados mostram os benefícios que diferentes vasos comunicantes proporcionam à população privada de liberdade, funcionando como facilitadores de remição de pena e provimento de artigos de primeira necessidade que o Estado não consegue ou não quer gerir. Na próxima seção veremos outra forma de vaso comunicante: entre pesquisadores e povos de rua.

4. Cicatrizes escravagistas nas ruas

Com base em dados levantados pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua, OBPopRua, da UFMG, em Belo Horizonte, MG, o portal de notícias G1 noticiou, em abril de 2025[8], que no primeiro trimestre daquele ano, 96.220 mil pessoas viviam nas ruas da cidade de São Paulo. Outro documento, **Informe Técnico: Perfil da População em situação de rua no estado de São Paulo**,[9] publicado em dezembro/2024, apresenta o mapeamento desses dados por meio de categorias como cor/ raça, sexo, faixa etária, grau de instrução, regiões do estado e da cidade. Até aquele momento, a população negra somava a maioria de 65,575% (incluindo pessoas pardas e pretas), a faixa etária de maior expressão contava entre 40 e 59 anos totalizando 44,8%, predominantemente declarada como do sexo masculino, 82%; a maioria com formação instrucional limitada ao ensino fundamental incompleto, resultando em 35,6%. No estado, a região metropolitana da cidade de São Paulo é a que concentra maior número de pessoas em situação de rua e de vulnerabilidade.

Entre tantos fatores que respondem por esses números, pode-se apontar, como o faz a matéria jornalística, "o valor do aluguel na capital e os baixos salários". Entretanto, não podemos desprezar que a falta de escolaridade completa e taxas dramáticas de pobreza perfazem a realidade da população negra brasileira, fruto do desequilíbrio estrutural, como vimos na primeira seção deste texto. Em material publicado pelo IBGE – **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**, publicado em 2022, afirma-se que "as desigualdades raciais são importantes vetores de análise das desigualdades sociais no Brasil, ao revelarem no tempo e no espaço a maior vulnerabilidade socioeconômica das populações negras e indígenas"[10].

Ainda que seja um fenômeno global ampliado pós-pandemia de Covid-19, no Brasil, os índices de pessoas sem domicílio aumentaram, entre 2012 e 2022, de 90,4 mil para 281,4 mil, crescendo 211% em 10 anos, conforme revista Pesquisa Fapesp (2024). Esses dados foram captados pelo IPEA e revelam que mesmo as políticas geradas a partir do Decreto Federal nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em

[8] Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2025/04/23/numero-de-pessoas-em-situacao-de-rua-na-cidade-de-sp-cresce-e-chega-a-96-mil.ghtml Último acesso em 12 fev. 2026.
[9] Disponível em: https://cnmp.mp.br/portal/informes/2024/informe-tecnico-Sao-Paulo-2024 html. Acesso em 17 nov. 2025.
[10] Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf . Acesso em 17 nov. 2025.

Situação de Rua como uma diretriz do governo federal, as políticas implementadas ainda são insuficientes.

A partir daquele momento, pessoas em situação de rua passaram a ser compreendidas, ao menos do ponto de vista legal, como sujeitos de direito, reconhecendo-se, assim, a obrigação do Estado brasileiro de implementar programas sociais para esse "grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular" (Brasil, 2009). Do mesmo modo, trabalhos e estudos científicos passaram a nomeações menos preconceituosas do que anteriores, como moradores de rua.

Hoje a nomenclatura aceita pelo poder público igualmente pelo restante da sociedade, pessoas ou população em situação de rua, ou ainda, povos da rua, conforme a pastoral católica paulista a cargo de Padre Júlio Lancelotti e da Associação Pastoral Nacional do Povo da Rua (ASPAN)[11], não é destituída de fissuras e de disputas de poder, como assinalam Bernadino & Teixeira (2023). Por meio de pesquisa etnográfica com sujeitos e sujeitas que têm a rua como morada e rejeitam esses termos, as autoras problematizam os conceitos de população e de povo, sob a ótica da biopolítica. Embora não seja o foco do nosso trabalho, vale atentar para o fato de que "o povo aparece como sendo, de uma maneira geral, aquele que resiste à regulação da população, que tenta escapar desse dispositivo pelo qual a população existe, se mantém, subsiste, e subsiste num nível ótimo" (Foucault, 2008, p. 58, apud Bernardino & Teixeira, 2023, p. 167). Para as pesquisadoras, a ideia de povo escapa às regulações do estado impostas, conceitual e materialmente, à população, uma vez que "uma população em situação de rua, usuária dos serviços de assistência social, foi produzida". (Rui; Martinez; Feltran, 2023, p.17).

Sob a perspectiva acadêmica, outra transformação importante: os estudos sobre pessoas em situação de rua deixam de priorizar os fluxos migratórios das pequenas para as grandes cidades, como problematização comum às investigações desenvolvidas nas décadas de 1990 e 2000. Atualmente as pesquisas se interessam pela "experiência cotidiana de viver nas ruas, incluindo os relacionamentos, as parcerias, relações com o espaço urbano, a violência de gênero e as estratégias para encontrar comida e onde dormir" (Queiroz, 2024, p. 17). Se pudermos estabelecer um diálogo interdisciplinar, é sob tal paradigma que acomodamos as pesquisas sobre memória e comunicação a que este artigo se refere inquirindo sobre como

[11] ASPAN é personalidade jurídica da Pastoral do Povo da Rua, entidade do terceiro setor vinculada à Igreja Católica. Disponível em https://pastoraldopovodarua.org.br/pastoral-povo-rua Acesso em 17 fev. 2026.

produções mnemônicas podem ser geradas em contextos de vulnerabilidade, quando práticas rituais e de sociabilidade, núcleos de afeto, modos de sobrevivência aparentemente estão destroçados: não existem família, amigos, amores tampouco trabalho para exercer ou casa para morar.

De outro modo, estudos procuram mostrar que não há apenas ausências nas ruas (Rui; Martinez; Feltran, 2023). Na pesquisa que desenvolvemos, buscamos algo além do passado traumático, frequentemente relativizado pelos entrevistados, constatado nas respostas que nos oferecem em algumas passagens, talvez as mais dolorosas. Intentamos, pela via da memória, reconhecer modos de construção de futuros e de sonhos. No primeiro semestre de 2025, entrevistamos dez pessoas sem moradia que pernoitam em um abrigo da cidade de São Paulo, o Arsenal da Esperança.

A seguir, trazemos a dimensão dialógica do gesto mnemônico com base na situação da entrevista e, na sequência, ilustramos com o gesto narrativizado em um dos relatos produzidos no Arsenal.

5. Gesto mnemônico dialógico

A proposta é compreender o gesto mnemônico dialógico no acionamento da audição, da voz e da palavra oralizada como "espécie de ponte lançada entre mim e os outros" (Bakhtin, 1988, p. 113). Pesquisadores e acolhidos, pertencentes a realidades sociais diversas, face a face falam do tempo passado, no presente, e na projeção de futuros pela via da imaginação mnemônica no sentido de Keightley & Pickering (2012), isto é, na intersecção entre memória e imaginação, nos espaços intersticiais entre o passado e o futuro, no qual são feitas transações intertemporais para reorganização das experiências dos sujeitos que recordam em narrativas coerentes.

A nosso ver, tais narrativas são geradas contextualmente, acionadas e de certa forma plasmadas pela nossa interação verbal e não-verbal. Do ponto de vista metodológico, materializada por um roteiro básico com poucas perguntas organizadas em grandes temas: 1) infância; 2) vida nas ruas; 3) espaços de acolhimento; 4) vida cotidiana – ritualidades; 5) práticas de consumo; 5) expectações de futuro. Mas, a situação de interação e diálogo raramente obedecem a essa ordem e a conversa pode começar de qualquer um desses pontos e se desenvolver para qualquer outro.

Em meio às desigualdades crônicas de um país por muito tempo espoliado seja pelo regime escravocrata seja pela economia neoliberal, pelas políticas conservadoras que favorecem "parcelas da população que foram majoritariamente privilegiadas ao longo dos últimos sessenta anos" (Bin, 2025, p. 87), o gesto mnemônico se espraia na construção da palavra como território comum entre o locutor e interlocutor, parafraseando Bakhtin (1988). Reconhecemos a implicação de nossos corpos, de nossas subjetividades e da palavra interativa na construção conjunta do gesto que aproxima ao nosso desejo de estar lá a experiência narrada e projeções de futuros de sujeitos em condição vulnerável. Gesto mnemônico feito de escuta e palavra lançada ao encontro do corpo e da história do outro vivificados na contação.

6. A casa como objeto de memória (do futuro) e da política de Estado

Chegamos de carro. Antes mesmo do amplo portão de ferro se abrir, avistamos a longa fila de pessoas sentadas à soleira da calçada. O Arsenal comporta cerca de 1200 homens e recebe diariamente para triagem em torno de 100, uma política bastante complexa controla seus acessos à instituição. Os que já estão cadastrados pela Prefeitura, entram tranquilamente, mediante suas identificações. Após a jornada nas ruas, acomodam-se nos bancos espalhados pela área ao ar livre, geralmente sozinhos com seus celulares, à espera da hora do jantar ou assistindo à tevê disponível em um telão. Às 22 horas tudo se apaga e os acolhidos dirigem-se para seus quartos. Em nossa pesquisa de campo, conhecemos o maior deles, repleto de beliches que ocupam uma das alas da antiga hospedaria dos imigrantes italianos em São Paulo, onde hoje funciona esse centro de acolhimento. Grandes painéis com imagens de imigrantes fotografados naquele espaço decoram as mesmas paredes que os abrigaram no começo do século XX e hoje recolhe sonhos e desventuras de outros deslocados.

Despertam às 7 horas, usam os banheiros contíguos ao imenso dormitório, tomam seus cafés, voltam às ruas para retornar ao final da tarde. Muitos deles lá permanecem o dia todo, fazem cursos, voluntariados ou nada fazem. Não há limite de tempo para deixarem a instituição, mas, segundo Isabel Del Pozzo, uma das mantenedoras que nos deu entrevista, não passam além de dois anos frequentando o Arsenal. Muitas vezes saem e retornam depois de tempos, como foi o caso de José Almeida, 54 anos, nosso primeiro entrevistado.

Ao final do corredor do pequeno prédio de funções administrativas, alcançamos a sala em que passaríamos a receber os acolhidos durante aquele semestre. A assistente social[12] acompanhava José Almeida, pardo, baixo, bem penteado. Seus olhos pareciam mais escuros, destacados pela máscara respiratória branca que usava e pelas sobrancelhas aparadas. Sentou-se diante da mesa à nossa frente e começamos a explicar a pesquisa seguindo o protocolo referente às exigências do CONEP, para, em seguida, dar vazão à conversa.

Pedimos para contar sua vida, desde criança. Como muitos dos entrevistados, rechaçou essa lembrança, e optou por não falar da infância, mas da chegada a São Paulo: "[...] é que a minha infância foi lá na Bahia, eu vim de lá com 17 anos. Quando eu cheguei aqui eu não conhecia nada, nada. Eu fui direto para Ribeirão Preto com um colega meu, fiquei lá uns tempos, depois fui para Campinas." Andou "quase tudo" do interior do estado, e chegou ao Arsenal pela primeira vez em 2002. "A história da gente é história de andarilho. Vai pra um lugar, vai pra outro, não dá certo, vai pra outro lugar [...]." Trabalhos sazonais, repousos instáveis passados em locais hostis, a exemplo de quando dormia em cima da mesa de sinuca de um bar, ou nas ruas: "você não dorme, fica acordado à noite e dorme de dia sentado. Tem muita gente ruim na rua. Se cochilar, roubam tudo."

Chegou a morar em um quartinho por 90 dias sem pagar, em troca executava tarefas domésticas para o proprietário: "eu pintava, arrumava porta, trocava telha, pintava até o chão. Lixava piso, envernizava. Se caísse um grão de arroz eu não comia enquanto não pegasse. Não gosto de sujeira". O apreço pelo asseio é visível em sua aparência, revela-se em suas memórias narradas e nos serviços prestados. Como voluntário, varre, passa pano nos quartos. "O que o rapaz da limpeza pede, a gente faz", conclui. Pergunto-lhe no que pensa quando fica limpando, ao que me devolve: "mudar de vida, ter meu quartinho de novo, fechar a porta de manhã pra trabalhar e voltar à noite. É isso que eu quero, que seja pequeno, mas que seja meu."

De algum modo, a casa desponta ora como marcador de ausência, quando pergunto sobre sua casa na infância, simultaneamente recalcada e substituída, ao dizer que não teve infância porque trabalhava na fazenda, na roça – ora como metonímia, ao selecionar os signos quartinho, porta, telha, chão, piso para falar de seu desejo – ora como expectação de futuro: "queria comprar uma casa, mas hoje com salário e inflação é difícil, só dá pra viver."

[12] Sra. Daiane selecionou os entrevistados recrutados no próprio dia a partir de suas disponibilidades para dar entrevista.

As memórias de José Almeida não diferem muito dos outros nove homens que escutamos, ao menos, em sua origem: pardo, vindo do nordeste brasileiro, sem escolaridade completa, sem profissão, sem moradia fixa, sem laços familiares. Tem dez irmãos, "mas não dão notícia pra ninguém". Em sua narrativa, a mãe foi também ausente: "minha mãe me deu pro meu avô quando eu era recém-nascido, ela não queria eu; meu avô não deixou entregar pra qualquer um. Conheço os cinco irmãos de nome, mas se ver os outros, não conheço." Quando os avós faleceram, José Almeida deixou Jacobina, no sertão baiano, para retornar uma única vez e não mais querer voltar.

Sua vida de andarilho parece encontrar parada no Arsenal, o espaço onde refaz simbolicamente, pela via da memória do futuro (Nunes, 2025), as rotinas domésticas de limpeza outrora experienciadas no quartinho que teve ou imaginadas na casa que deseja ter, tornando-se, como quer Bachelard (1992, p. 48), "um corpo de imagens que dão ao homem razões ou ilusões de estabilidade."

Entretanto, ainda que essa instituição disponha de grande área ao ar livre, ofereça cursos profissionalizantes, aulas de teatro e música, biblioteca, serviços de autocuidado e documentação, refeições e banhos, não é a casa dele. Horários para refeições, para dormir e acordar, abertura dos chuveiros, entradas e saídas fazem do Arsenal um espaço muito diferente de uma casa tal como sonha José Almeida. Outros entrevistados se sentem respeitados e reconhecidos, como reporta Juliano: "aqui no Arsenal eu sou chamado de senhor. Aqui tratam a gente como gente".

No âmbito das ações governamentais, entretanto, assistimos a mudanças desde 2023 com o **Plano Ruas Visíveis**, lançado pelo governo federal, opostas à política de abrigos. O programa **Moradia Cidadã** prioriza a habitação para a saída das ruas, projeto baseado em experiências internacioanais de Housing First. Historicamente, os planejamentos de estado preveem a moradia como última etapa, na qual "primeiro é preciso encontrar emprego, deixar as drogas e o álcool e reatar vínculos familiares" (Rui apud Queiroz, 2024). A partir da casa, o indivíduo encontra estabilidade e os serviços de atendimento psicossociais funcionam melhor. Esse projeto está implementado em alguns Estados e municípios da federação. São Paulo, por exemplo, desenvolve o *Moradias Transitórias*, unidades habitacionais modulares para acolher pessoas em situação de rua, porém considerando o prazo máximo de dois anos de permanência.

Ainda que não esgotemos tal problemática, argumentando sobre qual a melhor política para os povos da rua, vale apontar nas narrativas de José Almeida o gesto mnemônico que traz

o passado sob a máscara respiratória, ao esconder a dentição incompleta constrangendo o presente do desemprego e da vida andarilha, mas projeta futuros graças à imaginação da casa, lembrança estabilizada do que poderia ter sido: o quarto alugado ou quiçá a casa materna negada na infância.

Considerações finais

Entre os anos 2023 e 2025, buscamos compreender, in loco, como as memórias tanto de pessoas privadas de liberdade, quanto em situação de rua na cidade de São Paulo, são produzidas em contextos vulneráveis. Todos sobre quem tratamos são alvos de um sistema socioeconômico que, desde o período colonial até os nossos dias, tem excluído a população preta e parda das riquezas econômicas e das tomadas de decisões políticas. Na outra ponta, estávamos nós: pesquisadores brancos, que reconhecem as injustiças sociais, mas não as experimentam com a mesma gravidade dos seus interlocutores.

Em ambos os grupos, as conversas se desenvolveram em ambientes constituídos pelo poder público e/ou outras iniciativas inclusivas. Para os primeiros, o cárcere se torna local de longa permanência, por força da lei, diferentemente dos segundos, que permanecem por períodos intercalados, por vontade própria, em abrigos, como o caso do Arsenal da Esperança, mais amigável que qualquer unidade prisional. Ainda assim, sofrem de males parecidos: não dispõem de casas confortáveis, seus vínculos familiares são frágeis, mas são potentes quando produzem suas memórias individuais e coletivas.

A partir dessas percepções, entendemos que contribuímos para o desdobramento do conceito de gesto mnemônico que partiu de Duvignaud (1995) e de Ribeiro et al (2025), relacionado às iconoclastias. Percebemos que a ideia do gesto mnemônico dialógico se configurou naqueles espaços, em que ocorreram as narrações de passados e memórias do futuro. Ainda que em posições sociais diferentes, estabelecemos com os grupos estudados uma relação dialógica (Bakhtin, 1988), considerando as mediações de leituras e as escutas como vasos comunicantes.

Referências

ALBUQUERQUE, W. **O jogo da dissimulação.** São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2009.

BACHELARD, G. **La poetica del espacio**. Buenos Aires: Fondo de cultura económica de Argentina S.A, 1992.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1988.

BERNARDINO, G. & TEIXEIRA, A. A "população em situação de rua" e suas heterotopias: saberes e poderes em disputa. **Lua Nova**, São Paulo, 119: 148-173, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ln/a/yphg4xmyCDPxpjWqp6rmNvj/?format=pdf&lang=pt . Acesso em 16 fev. 2026.

BIN, M. Utopias, ucronias e desilusões: as políticas de desenvolvimento social 1964-2022. In: NUNES, M.; ABRÃO, J.; BIN, M. **Pesquisas em memória, comunicação e consumo**: 10 anos do grupo Mnemon. Campinas, SP: Pontes, 2025.

BIN, M.; NUNES, M. R. F. **Histórias invisíveis**. Vinhedo: Horizonte, 2011.

BORGES, J. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. 2009. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 24 dez. 2009. Disponível em: Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm Acesso em: 16 fev. 2026.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito.** São Paulo: Editora 34/Duas Cidades, 2001.

CORREA DO LAGO, L.A. **Da escravidão ao trabalho livre –** Brasil, 1550-1900. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2014.

DUVIGNAUD, J. JD entrevista F.L. [Entrevista concedida a] François Laplatine. **Revista Imaginário**, Usp, São Paulo, n.2, p.1-7, 1995.

FARIAS, M. Entrevista de Mano Brown a M.C. Poze. **Instagram**, @marshall_farias, 09.12.2025. Disponível em instagram.com/p/DSDo794kr6f/. Acesso em 15.02.2026.

FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos.** São Paulo: Global Editora, 2006.
FOUCAULT, M. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo, n-l Edições, 2013.
Disponível em: https://bit.ly/3Mog1kL

FREYRE, G. **Casa grande & Senzala.** São Paulo: Global Editora, 2013.

GODOI, R, ARAÚJO, F, MALLART, F. Espacializando a prisão. Dossiê "crimes", territórios e sociabilidade. **Novos estudos Cebrap**. São Paulo. v. 38 n.3, set. -dez. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/nec/a/QVR868mT76Kh3CfxFJgYBMk/?lang=pt

GODOI, R. Vasos comunicantes, fluxos penitenciários: entre dentro e fora das prisões de São Paulo. **Vivência: Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 1, n. 46, p. 69-82, 2015. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/877

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

HOLANDA, S.B. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995.

JOSÉ, G. de O. M. Desigualdade, pobreza e estado punitivo: um estudo sobre marginalização e aprisionamento seletivo no Brasil. In: **Revista Brasileira de Execução Penal.** Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Secretaria Nacional de Políticas Penais, v. 5, n. 1 (jan./jun.2024).

KEIGHTLEY, E; PICKERING, M. **The mnemonic imagination**: remembering as creative practice. New York: Palgrave MacMillan, 2012.

LIMA, F. Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**. Rio de Janeiro, 70 (no.spe.): 20-33, 2018. Disponível em https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000400003 Acesso em 25 nov. 2025.

MARQUES, Â. C. S. e PRADO, M. A. M. **Diálogos e dissidências: M. Foucault e J. Rancière**. Curitiba, Appris, 2018.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

NABUCO, J. **O abolicionismo.** São Paulo: Publifolha, 2000.

NASCIMENTO, A. **O Genocídio do negro brasileiro.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 2016.

NUNES, M. R. F. Memórias do futuro, fulgurações de utopias e heterotopias: relatos de pessoas em situação de rua. **Logos** (Rio de Janeiro on-line), vol.32, nº66, p. 106-121, 2025.

QUEIROZ, C. Casas de papel. **Pesquisa Fapesp** (impressa), São Paulo: maio, ano 25, nº339, p. 12-21, maio de 2024.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível**. São Paulo: Editora 34, 2009.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento**. São Paulo: Editora 34, 1996.

RENAUX. P. População estimada do país chega a 213,4 milhões de habitantes em 2025. **Agência IBGE**. Disponível em: https://bit.ly/3MOwFdc

RIBEIRO, A. P; HELLER, B.; SANTA-CRUZ, L.; NUNES, M. R. F; PERAZZO, P.F. **Gestos mnemônicos e disputas de memórias**: monumentos em tempos de iconoclastia. Campinas, SP: Pontes Editores, 2025.

RUI, T; MARTINEZ, M; FELTRAN, G. **Novas faces da vida nas ruas**. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2023.

SANTOS, M. **O país distorcido.** São Paulo: Publifolha, 2002.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Administração Penitenciária. **Resolução SAP nº 88, de 28 de abril de 2010**. Estabelece normas para a realização de Exame Criminológico e dá providências correlatas. São Paulo: SAP, 2010. Disponível em: https://bit.ly/4kT5n27

SENAPPEN (Secretaria Nacional de Políticas Penais). **Levantamento de informações penitenciarias**; 18° ciclo período de janeiro a junho de 2025. Brasília, 2025. Disponível em: https://bit.ly/4rw6C9Z

Fontes orais

ALMEIDA, A. [54 anos]. [mar.2025]. Entrevistadores: Monica Nunes e Marco Bin. Arsenal da Esperança, SP, 6 mar. 2025.

GARCIA, J.S. [40 anos]. [mar.2025]. Entrevistadores: Monica Nunes e Marco Bin. Arsenal da Esperança, SP. 20 mar. 2025.